



ESAF
Escola de Administração Fazendária



Receita Federal do Brasil

Concurso Público - 2005

Gabarito

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

3

Prova 2

Área: Tributária e Aduaneira

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o Número do Gabarito, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que se ganha, mas o que ele nos torna”.
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre conceito de Constituição e suas classificações e sobre a aplicabilidade e interpretação de normas constitucionais, marque a única opção correta.

- a) Segundo a doutrina do conceito de constituição, decorrente do movimento constitucional do início do século XIX, deve ser afastado qualquer conteúdo que se relacione com o princípio de divisão ou separação de poderes, uma vez que tal matéria não se enquadra entre aquelas que se referem de forma direta à estrutura do Estado.
- b) Uma constituição não-escrita é aquela cujas normas decorrem de costumes e convenções, não havendo documentos escritos aos quais seja reconhecida a condição de textos constitucionais.
- c) O art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece "Art. 5º [...] inciso XXII – é garantido o direito de propriedade", é uma norma constitucional de eficácia contida ou restringível.
- d) De acordo com o princípio da máxima efetividade ou da eficiência, princípio de interpretação constitucional, a interpretação de uma norma constitucional exige a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito, de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação a outros.
- e) O princípio de interpretação conforme a constituição não pode ser aplicado na avaliação da constitucionalidade de artigo de uma Emenda à Constituição promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

02- Sobre o poder constituinte, marque a única opção correta.

- a) O poder constituinte originário é inicial porque não sofre restrição de nenhuma limitação imposta por norma de direito positivo anterior.
- b) A existência de cláusulas pétreas, na Constituição brasileira de 1988, está relacionada com a característica de condicionado do poder constituinte derivado.
- c) Como a titularidade da soberania se confunde com a titularidade do poder constituinte, no caso brasileiro, a titularidade do poder constituinte originário é do Estado, uma vez que a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A impossibilidade de a Constituição Federal ser emendada na vigência de estado de defesa se constitui em uma limitação material explícita ao poder constituinte derivado.
- e) A impossibilidade de alteração da sua própria titularidade é uma limitação material implícita do poder constituinte derivado.

03- Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), marque a única opção correta.

- a) Pode ser proposta ação direta de inconstitucionalidade em relação a qualquer lei distrital, em razão da equivalência entre o Distrito Federal e os Estados-membros.
- b) Mesmo sendo equivalentes às emendas constitucionais, os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros, poderão ser objeto de controle de constitucionalidade por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.
- c) Não há possibilidade de ser conhecida pelo Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade na qual se discute a constitucionalidade de um decreto.
- d) No caso de um partido político perder sua representação no Congresso Nacional após ter proposto uma ação direta de inconstitucionalidade, essa ação é considerada prejudicada, por perda superveniente de legitimidade ativa para a sua propositura.
- e) A eficácia de uma liminar concedida em sede de ação direta de inconstitucionalidade opera, regra geral, com efeitos *ex tunc*, podendo ter efeitos *ex nunc*, em caráter excepcional, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar expressamente, demonstrando a conveniência da medida.

04- Sobre o controle de constitucionalidade, marque a única opção correta.

- a) O Supremo Tribunal Federal não aceita a inconstitucionalidade superveniente por entender que a norma incompatível com o novo texto constitucional foi por ele derogada.
- b) A inconstitucionalidade por omissão, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, só pode ser total.
- c) Não há possibilidade de manifestar-se o Supremo Tribunal Federal, ainda que incidentalmente, sobre a constitucionalidade de uma proposta de emenda à Constituição, uma vez que o controle de constitucionalidade no Brasil é repressivo e essa manifestação ofenderia o princípio de separação dos poderes.
- d) Os órgãos fracionários de Tribunais, onde houver, podem declarar, por maioria absoluta de seus membros, a inconstitucionalidade de uma lei.
- e) A atribuição do Senado Federal de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal é vinculada.

05- Sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, poderão ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade os atos normativos federais e estaduais.
- b) A medida cautelar, concedida em sede de ação declaratória de constitucionalidade, não pode ter efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário, em face do princípio da independência do juiz.
- c) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, só cabe a propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental para reparar lesões a princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.
- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, por razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, o Supremo Tribunal Federal, por quórum qualificado, poderá restringir os efeitos daquela declaração.
- e) A decisão prolatada em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser objeto de ação rescisória.

06- Sobre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) A adoção da dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil tem reflexos, no texto constitucional brasileiro, tanto na ordem econômica como na ordem social.
- b) No caso do Federalismo brasileiro, a soberania é um atributo da União, o qual distingue esse ente da federação dos estados e municípios, ambos autônomos.
- c) A forma republicana de governo, como princípio fundamental do Estado brasileiro, tem expressa proteção no texto constitucional contra alterações por parte do poder constituinte derivado.
- d) A especialização funcional, elemento essencial do princípio de divisão de poderes, implica o exercício exclusivo das funções do poder político – legislativa, executiva e judiciária – pelo órgão ao qual elas foram cometidas no texto constitucional.
- e) Segundo a doutrina, o princípio do Estado Democrático de Direito resulta da reunião formal dos elementos que integram o princípio do Estado Democrático e o princípio do Estado de Direito.

07- Sobre a organização do Poder Legislativo, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) É competência exclusiva do Congresso Nacional a concessão de anistia.
- b) O julgamento, pelo Senado Federal, do Advogado-Geral da União, por crime de responsabilidade, não prescinde da autorização da Câmara dos Deputados, por quórum qualificado, para a instauração do processo.
- c) A inviolabilidade civil e penal dos Parlamentares, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, abrange atos praticados fora do exercício da atividade parlamentar.
- d) A perda de mandato do Parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado será decidida pela Casa respectiva, por voto secreto e maioria absoluta.
- e) Não é possível, em uma sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional deliberar sobre matéria para a qual não foi convocado.

08- Sobre a organização do Poder Executivo, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Na eleição para presidente da República, será considerado eleito em primeiro turno de votação o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta do total de votos apurados na eleição.
- b) Tendo sido autorizada, pela Câmara dos Deputados, a instauração de processo contra o presidente da República, por prática de crime comum, o presidente ficará suspenso de suas funções, em decorrência da autorização, por cento e oitenta dias, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processá-lo e julgá-lo.
- c) Compete aos ministros de Estado, na sua área de competência, referendar os atos e decretos assinados pelo presidente da República.
- d) O Conselho da República é o órgão superior de consulta do presidente da República competente para pronunciar-se sobre questões relevantes para a soberania nacional e a defesa do Estado Democrático.
- e) Do Conselho de Defesa Nacional participam os líderes da maioria e minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

09- Sobre a organização do Poder Judiciário, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, os servidores do Poder Judiciário poderão receber delegação para a prática de atos administrativos e atos de mero expediente com caráter decisório, desde que, no último caso, a conduta estabelecida no ato já esteja sumulada no Tribunal.
- b) As súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, após a sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante para todos os demais Poderes e para os órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- c) Não pode o Conselho Nacional de Justiça, quando da apreciação da legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, desconstituir os atos considerados irregulares, cabendo-lhe, apenas, fixar prazo para que sejam adotadas as providências necessárias para sua legalização.
- d) A concessão de *exequatur* às cartas rogatórias é competência do Supremo Tribunal Federal.
- e) Caberá ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, decisão de Tribunal de Justiça que considerar válida lei estadual contestada em face da Constituição Federal ou contestada em face de lei federal.

10- Sobre os direitos e garantias individuais e coletivos, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Em face da liberdade de associação para fins lícitos, as associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) Segundo a Constituição Federal, os atos necessários ao exercício da cidadania serão gratuitos, na forma da lei.
- c) Nos termos da Constituição Federal, toda desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, dar-se-á mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- d) Havendo cônjuge ou filhos brasileiros, a sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será sempre regulada pela lei brasileira.
- e) Segundo a Constituição Federal, a todos é assegurado o direito de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas, salvo nas hipóteses que a lei o exigir.

11- Sobre a tutela constitucional das liberdades, marque a única opção correta.

- a) Como definido no texto constitucional, o *habeas corpus* poderá ser utilizado para fazer cessar coação à liberdade de locomoção promovida por ato ilegal de particular.
- b) Uma organização sindical, desde que em funcionamento há pelo menos um ano, poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de seus membros ou associados.
- c) O ajuizamento da ação de *habeas data*, por ter as hipóteses de cabimento previstas no texto constitucional, dispensa a comprovação da negativa administrativa de fornecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou retificação de dados.
- d) Quanto aos efeitos do mandado de injunção, a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal filia-se à corrente concretista individual direta.
- e) A ação popular, por ter a possibilidade de condenação no ônus da sucumbência no caso de comprovada má-fé, não pode ser proposta por brasileiro com dezessete anos de idade, ainda que ele tenha realizado seu alistamento eleitoral.

12- Sobre os direitos sociais, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada será sempre de seis horas.
- b) O salário-família, pago em razão do dependente, é direito apenas do trabalhador considerado de baixa renda, nos termos da lei.
- c) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em cinquenta por cento à do normal.
- d) Nos termos da Constituição Federal, é assegurada ao empregado a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e à participação na gestão da empresa.
- e) A Constituição Federal assegura a eleição, nas empresas, de um representante dos empregados com a finalidade exclusiva de promover o entendimento direto com os empregadores.

13- Sobre os direitos políticos e da nacionalidade, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) O alistamento eleitoral facultativo não implica obrigatoriedade do voto.
- b) Cumpridas as demais condições de elegibilidade, previstas na Constituição Federal, todos os que tiverem feito alistamento eleitoral são elegíveis.
- c) Os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão sempre brasileiros natos, porque o Brasil adota, para fins de reconhecimento de nacionalidade nata, o critério do *jus solis*.
- d) Nos termos da Constituição Federal, o cargo de Ministro de Estado da Justiça é privativo de brasileiro nato.
- e) A condenação criminal, transitada em julgado, de brasileiro naturalizado implica a perda dos seus direitos políticos.

14- Sobre os princípios gerais da ordem econômica e o sistema financeiro nacional, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) É princípio da ordem econômica o tratamento favorecido para as empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no Brasil.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado apenas é permitida quando houver relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.
- c) A concessão ou permissão para a prestação de serviços públicos por empresas privadas far-se-á sempre por meio de licitação.
- d) As autorizações para pesquisa de recursos minerais serão concedidas sem prazo determinado, porém não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.
- e) À redução e ao restabelecimento da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de comercialização de petróleo e seus derivados, aplica-se o princípio da anterioridade.

15- Sobre os princípios gerais da atividade econômica e sobre a assistência social, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, pode a União contratar com particulares a realização de lavra e enriquecimento de minérios e minerais nucleares.
- b) A Constituição Federal veda o transporte de mercadorias na cabotagem por embarcações estrangeiras.
- c) Nos termos da Constituição Federal, havendo reciprocidade de tratamento, o atendimento de requisições de documento ou informação de natureza comercial, feitas por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, não dependerá de autorização do Poder competente.
- d) É diretriz constitucional de organização das ações governamentais na área de assistência social a participação da população, por meio de organizações representativas, na formação das políticas.

e) A prestação de assistência social está vinculada ao recolhimento, por parte do beneficiado, de contribuição para a seguridade social.

16- Sobre a previdência social, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) A Constituição Federal, ao disciplinar o sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda, autoriza que esse sistema tenha alíquotas inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social, mas veda a fixação de prazos de carência inferiores.
- b) As condições contratuais previstas nos estatutos das entidades de previdência privada integram o contrato de trabalho dos participantes.
- c) Desde que haja expressa previsão legal, o aporte de recursos pela União a entidade de previdência privada de suas empresas públicas, feito na condição de patrocinadora, sob a forma de contribuição normal, pode corresponder até ao dobro da contribuição do segurado.
- d) A lei complementar que disciplinar a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas as suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada, aplicar-se-á às empresas privadas concessionárias de prestação de serviço público, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.
- e) A Constituição Federal embora permita, para fins de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, veda a aplicação desse instituto em relação à atividade privada rural, pela impossibilidade, nesse caso, de compensação financeira dos diferentes regimes de previdência social.

17- Sobre a seguridade social, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) A seguridade social será financiada com recursos, entre outros, provenientes de contribuições do trabalhador e demais segurados da previdência social, inclusive, sobre aposentadorias e pensões concedidas pelo regime geral de previdência social.
- b) Nenhum benefício da seguridade social poderá ser criado ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total, salvo os de caráter emergencial para atendimento de calamidade pública.
- c) A contribuição para financiamento da seguridade social paga pela empresa poderá ter alíquota diferenciada em razão da utilização intensiva da mão-de-obra.
- d) O pescador artesanal que exerça a sua atividade em regime de economia familiar, ainda que possua até três empregados permanentes, contribuirá para a seguridade social mediante aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.
- e) É vedada, pela Constituição Federal, a transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da União para os estados.

18- Sobre a saúde, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) As diretrizes constitucionais para organização do Sistema Único de Saúde permitem, em cada esfera de governo, a descentralização da direção e das ações e serviços públicos de saúde.
- b) A participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde dar-se-á de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio, dando-se preferência às entidades filantrópicas ou as sem fins lucrativos.
- c) A Constituição Federal não impõe condições para a participação indireta de empresas estrangeiras na assistência à saúde no Brasil; no entanto, com relação à participação direta, ela só poderá ocorrer nos casos previstos em lei.
- d) O Sistema Único de Saúde pode controlar e fiscalizar produtos de interesse à saúde, mas não pode participar da produção de medicamentos.
- e) A atribuição do Sistema Único de Saúde na colaboração à proteção do meio ambiente, restringe-se ao meio ambiente do trabalho.

19- Sobre a previdência social, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) O regime geral de previdência social não atende a cobertura do evento idade avançada, a qual se insere dentro das ações da assistência social.
- b) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- c) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas tem por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.
- d) A idade mínima exigida do produtor rural em regime de economia familiar, para fins, nos termos da lei, de aposentadoria pelo regime geral de previdência social, é de sessenta e cinco anos, desde que ele tenha trinta e cinco anos de contribuição.
- e) Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária.

20- Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Segundo a doutrina, há perfeita identidade do conteúdo do princípio da legalidade aplicado à Administração Pública e o princípio da legalidade aplicado ao particular.
- b) O princípio da impessoalidade não guarda relação com a proibição, prevista no texto constitucional, de que conste da publicidade oficial nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.
- c) O princípio da moralidade administrativa incide apenas em relação às ações do administrador público, não sendo aplicável ao particular que se relaciona com a Administração Pública.
- d) O conteúdo do princípio da publicidade não abrange a questão do acesso do particular aos atos administrativos, concluídos ou em andamento, em relação aos quais tenha comprovado interesse.
- e) Segundo a doutrina, o conteúdo do princípio da eficiência relaciona-se com o modo de atuação do agente público e o modo de organização, estruturação e disciplina da Administração Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- Tratando-se do regime jurídico-administrativo, assinale a afirmativa falsa.

- a) O regime jurídico-administrativo compreende um conjunto de regras e princípios que baliza a atuação do Poder Público, exclusivamente, no exercício de suas funções de realização do interesse público primário.
- b) Por decorrência do regime jurídico-administrativo não se tolera que o Poder Público celebre acordos judiciais, ainda que benéficos, sem a expressa autorização legislativa.
- c) A aplicação do regime jurídico-administrativo autoriza que o Poder Público execute ações de coerção sobre os administrados sem a necessidade de autorização judicial.
- d) As relações entre entidades públicas estatais, ainda que de mesmo nível hierárquico, vinculam-se ao regime jurídico-administrativo, a despeito de sua horizontalidade.
- e) O regime jurídico-administrativo deve pautar a elaboração de atos normativos administrativos, bem como a execução de atos administrativos e ainda a sua respectiva interpretação.

22- Os princípios constitucionais da legalidade e da moralidade vinculam-se, originalmente, à noção de administração

- a) patrimonialista.
- b) descentralizada.
- c) gerencial.
- d) burocrática.
- e) centralizada.

23- Em seu sentido subjetivo, o estudo da Administração Pública abrange

- a) a atividade administrativa.
- b) as entidades e órgãos que exercem as funções administrativas.
- c) o poder de polícia administrativa.
- d) o serviço público.
- e) a intervenção do Estado nas atividades privadas.

24- Em relação à organização administrativa da União Federal, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) O contrato de gestão só pode ser celebrado entre a União Federal e as entidades descentralizadas.
- b) É possível, na esfera federal, uma empresa pública ser organizada sob a forma de sociedade anônima, sendo a União Federal a sua única acionista.
- c) As fundações públicas de direito público estão impedidas de exercer poder de polícia administrativa.
- d) As agências reguladoras podem, no âmbito da Administração Indireta, assumir a forma de autarquias, fundações ou empresas públicas.
- e) As denominadas fundações de apoio às instituições federais de ensino superior integram o rol da Administração Pública Indireta.

25- Assinale entre o seguinte rol de entidades de cooperação com o Poder Público, não-integrantes do rol de entidades descentralizadas, aquela que pode resultar de extinção de entidade integrante da Administração Pública Indireta.

- a) Serviço social autônomo.
- b) Fundação previdenciária.
- c) Organização da sociedade civil de interesse público.
- d) Entidade de apoio às universidades federais.
- e) Organização social.

26- A Emenda Constitucional n. 32, de 2001, à Constituição Federal, autorizou o presidente da República, mediante Decreto, a dispor sobre:

- a) criação ou extinção de órgãos e entidades públicas.
- b) extinção de cargos e funções públicas, quando ocupados por servidores não estáveis.
- c) funcionamento da administração federal, mesmo quando implicar em aumento de despesa.
- d) fixação de quantitativo de cargos dos quadros de pessoal da Administração Direta.
- e) extinção de funções públicas, quando vagas.

27- Assinale, entre as seguintes definições, aquela que pode ser considerada correta como a de órgão público.

- a) Unidade personalizada, composta de agentes públicos, com competências específicas.
- b) Centro funcional, integrante da estrutura de uma entidade, com personalidade jurídica de direito público.
- c) Conjunto de agentes públicos hierarquicamente organizados.
- d) Unidade organizacional, composta de agentes e competências, sem personalidade jurídica.
- e) Centro de competências, com patrimônio, responsabilidades e agentes próprios, criado para uma determinada atividade.

28- Considerando-se os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo e aponte a ordem correta.

- 1- poder vinculado
- 2- poder de polícia
- 3- poder hierárquico
- 4- poder regulamentar
- 5- poder disciplinar

- () decreto estadual sobre transporte intermunicipal
() alvará para construção de imóvel comercial
() aplicação de penalidade administrativa a servidor
() avocação de competência por autoridade superior
() apreensão de mercadoria ilegal na alfândega

- a) 3/2/5/4/1
- b) 4/1/5/3/2
- c) 1/2/3/5/4
- d) 2/5/4/1/3
- e) 4/1/2/3/5

29- Em relação ao poder administrativo normativo, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) Admite-se, no sistema jurídico brasileiro, o regulamento autônomo.
- b) O poder normativo das agências reguladoras pode ter caráter inovador em relação à lei.
- c) O regulamento executivo manifesta-se por meio de decreto.
- d) Denomina-se regulamento o ato normativo interno de funcionamento dos órgãos colegiados.
- e) O poder normativo tem caráter vinculado.

30- Analise o seguinte ato administrativo:

O Governador do Estado Y baixa Decreto declarando um imóvel urbano de utilidade pública, para fins de desapropriação, para a construção de uma cadeia pública, por necessidade de vagas no sistema prisional.

Identifique os elementos desse ato, correlacionando as duas colunas.

- 1- Governador do Estado
- 2- Interesse Público
- 3- Decreto
- 4- Necessidade de vagas no sistema prisional
- 5- Declaração de utilidade pública

- () finalidade
() forma
() motivo
() objeto
() competência

- a) 4/3/5/2/1
- b) 2/3/4/5/1
- c) 4/3/2/5/1
- d) 5/3/2/4/1
- e) 2/3/5/4/1

31- Em relação à invalidação dos atos administrativos, é incorreto afirmar que

- a) a anulação pode se dar mediante provocação do interessado ao Poder Judiciário.
- b) a revogação tem os seus efeitos *ex nunc*.
- c) anulação e revogação podem incidir sobre todos os tipos de ato administrativo.
- d) tratando-se de motivo de conveniência ou oportunidade, a invalidação dar-se-á por revogação.
- e) diante do ato viciado, a anulação é obrigatória para a Administração.

32- Em relação ao ato administrativo, assinale a opção falsa.

- a) A convalidação do ato viciado pode ter natureza discricionária.
- b) Motivo e objeto formam o denominado mérito do ato administrativo.
- c) Ato-regra é aquele pelo qual alguém se vincula a uma situação jurídica pré-estabelecida, sujeita a alterações unilaterais.
- d) Ato administrativo complexo é aquele formado pela manifestação de dois órgãos, cujas vontades se juntam para formar um só ato.
- e) A classificação dos atos administrativos em atos de império e atos de gestão ampara-se na teoria de personalidade dupla do Estado.

33- Na concessão de serviço público, considera-se encargo da concessionária

- a) arcar com as indenizações de desapropriações promovidas pelo Poder Público de bens necessários à execução do serviço concedido.
- b) permitir acesso da fiscalização do poder concedente e dos usuários aos seus registros contábeis.
- c) captar recursos financeiros, junto ao poder concedente, necessários à prestação do serviço.
- d) constituir servidões administrativas autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato.
- e) dar publicidade periódica de seus resultados financeiros aos usuários, nos termos contratuais.

34- O sistema de remuneração dos servidores públicos sob a forma de parcela única, ou subsídio, permite o pagamento somente da seguinte vantagem:

- a) gratificação por hora extra.
- b) diária por deslocamento de sua sede.
- c) verba de representação.
- d) gratificação de função.
- e) adicional de periculosidade.

35- No âmbito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/90), a vantagem que se caracteriza como indenização é

- a) adicional noturno.
- b) adicional de insalubridade.
- c) gratificação natalina.
- d) abono pecuniário.
- e) ajuda de custo.

36- A Emenda Constitucional n. 34/2001 alterou uma regra relativa à exceção ao princípio de não-acumulação remunerada de cargos públicos. Essa alteração referiu-se à possibilidade da acumulação lícita de

- a) um cargo de juiz e um de professor.
- b) um cargo técnico e outro de provimento em comissão.
- c) um cargo de professor e outro de provimento em comissão.
- d) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) um cargo de provimento em comissão, de recrutamento amplo, e os proventos de servidor aposentado.

37- Não se inclui na finalidade do sistema de controle interno federal, constitucionalmente previsto, a atividade de

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias da União.
- b) avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e efetividade, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração.
- c) comprovar a legalidade da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

38- Entre as situações concretas seguintes, assinale aquela em que não é cabível o controle jurisdicional por meio de mandado de segurança.

- a) Para assegurar o acesso a processo administrativo com informações relativas à pessoa.
- b) Contra ato de que caiba recurso administrativo, com efeito devolutivo, independente de caução, tendo sido apresentado o recurso, ainda pendente de decisão.
- c) Contra ato disciplinar, salvo quando praticado com vício de competência ou de formalidade essencial.
- d) Para assegurar a liberdade de expressão.
- e) Contra lei de efeito concreto ou de natureza auto-executória.

39- Assinale, entre as entidades abaixo, aquela que não se submete à responsabilidade objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

- a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- b) FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- c) ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
- d) REDE GLOBO DE TELEVISÃO
- e) TELEMAR

40- Em relação à ação popular, é verdadeiro afirmar que,

- a) no caso de desistência do autor, o Ministério Público não pode dar prosseguimento à ação.
- b) a ação popular pode ser proposta somente contra entidades públicas.
- c) para a propositura da ação popular é prescindível que o autor da mesma seja eleitor.
- d) a ação popular pode ser proposta para a proteção de interesses difusos da coletividade.
- e) ainda que se trate de ação temerária, não haverá sanção para o seu autor.

CONTABILIDADE GERAL

Enunciado para a resolução das questões 41 a 48.

Com as informações referentes aos períodos contábeis de 2000/2002 da Cia. FIRMAMENTO, fornecidas a seguir:

- I. Balanços Patrimoniais de 2000/2001 e o balancete de verificação referente a operações, do exercício de 2002, já registradas até 31.12.2002

ATIVOS	2000	2001	Balancete de verificação 31.12.2002
Disponibilidades	1.500	3.500	31.000
Duplicatas a Receber	224.000	210.000	257.500
(-) PDD	(2.000)	(4.000)	(5.000)
Estoques	25.000	30.000	70.000
Participações Societárias			
Cia. SOL	0	80.000	80.000
Cia. LUA	0	150.000	150.000
Cia. ESTRELA	1.500	1.500	1.500
Terrenos	60.000	60.000	180.000
Veículos	40.000	40.000	40.000
Edificações	20.000	20.000	20.000
Obras em andamento		54.000	150.000
Depreciação Acumulada	(10.000)	(20.000)	(30.000)
CMV			170.000
Despesas Administrativas	0	0	70.000
Devedores Duvidosos	0	0	5.000
Despesas Financeiras	0	0	40.000
Depreciação	0	0	10.000
TOTAL DO ATIVO + DESPESAS	360.000	625.000	1.240.000
Fornecedor	25.000	40.000	56.000
Contas a Pagar	15.000	22.000	80.000
Impostos, Contribuição e Participação a Pagar	11.000	26.000	0
Dividendos a Pagar	25.000	35.000	0
Empréstimos e Financiamentos	40.000	60.000	200.000
Capital	200.000	400.000	430.000
Reserva Legal	4.000	12.000	12.000
Reservas de Lucros	30.000	10.000	0
Lucros/Prejuízos Acumulados	10.000	20.000	0
Vendas	0	0	460.000
Reversão de PDD	0	0	2.000
TOTAL DO PASSIVO+PAT. LÍQUIDO+Receitas	360.000	625.000	1.240.000

- II. A empresa provisiona, ao final do exercício, o valor de 86.100, que corresponde a 30% do lucro contábil, para o pagamento dos Impostos, contribuições e participações incidentes sobre o lucro apurado. Distribui ainda dividendos à base de 20% do total dos lucros líquidos, destinando ainda parte desses lucros à base de 5% para Reserva Legal e de 20% para Reservas de Lucros.
- III. Nos exercícios de 2000 e 2001, a empresa registrou Custos de Mercadorias Vendidas no valor de 120.000 e 145.000, respectivamente.
- IV. A conta Empréstimos e Financiamentos refere-se a uma operação financeira realizada em dezembro de 2000, vencível em 10 anos, com carência de 5 anos e juros de 0,5% pagos no final de cada mês.

V. Dados sobre as Participações Societárias:

Dados dos Investimentos em Participações Societárias	Informações sobre as Investidas				
	% De Participação	PL Final em 31.12.20x1	Total PL ajustado em 31.12.20x2 antes da distribuição dos dividendos e da reavaliação de ativos pelas investidas	Reavaliação de Ativos efetuados por investidas em 21.12.20x2	Dividendos distribuídos ao final de 2002
Cia. SOL	40% das ações ordinárias	200.000	370.000	100.000	20.000
Cia. LUA	80% do capital total	187.500	287.500	0	30.000
Cia. ESTRELA	2% das ações preferenciais	75.000	300.000	50.000	100.000

Observação: Em 31.12.2002 ocorreu na Cia. SOL uma integralização de Capital em dinheiro 75.000.

41-Observando os valores inscritos no Patrimônio Líquido, é verdadeiro afirmar que,

- em 2001, os sócios integralizaram o Capital Social com subscrição de ações no valor de 80.000.
- nos exercícios de 2000 e 2001, não foram utilizados saldos de reservas para aumentar capital.
- no exercício de 2001, a empresa deu prejuízo e não efetuou a distribuição do lucro.
- em 2000, a participação do capital próprio na composição das fontes de recursos é de 68%.
- em 2002 a empresa aumentou seu capital com subscrição de sócios.

42- Com relação aos dividendos distribuídos por suas investidas, a Cia. Firmamento, quando da apuração de seu resultado do exercício de 2002, deve dar o seguinte tratamento contábil:

- recolher como receitas não-operacionais o valor de 20.000.
- lançar a crédito de Participações Societárias o valor de 32.000.
- registrar como receita de dividendos o valor de 8.000.
- debitar Participações Societárias no valor de 34.000.
- creditar como Outras Receitas Operacionais o valor de 10.000.

43- Na apuração do resultado do exercício de 2002 da Cia Firmamento, o valor registrado a crédito na conta Reserva Legal deve ser:

- 10.045
- 9.005
- 9.505
- 9.045
- 9.845

44- Em 2001, o valor das compras de mercadorias efetuadas foi de

- a) 170.000.
- b) 140.000.
- c) 150.000.
- d) 120.000.
- e) 210.000.

45- Analisando a variação do CCL - Capital Circulante Líquido da empresa, pode-se afirmar que o valor do CCL

- a) de 2001 é menor do que o apurado em 2002.
- b) de 2001 é maior do que o apurado em 2000.
- c) de 2000 é menor do que o apurado em 2002.
- d) de 2002 é maior do que o apurado em 2001.
- e) de 2002 é menor do que o apurado em 2000.

46- Em 2001, o valor total pago aos fornecedores foi de

- a) 130.000.
- b) 145.000.
- c) 140.000.
- d) 135.000.
- e) 150.000.

47- O Índice de Imobilização da empresa, em 2002, é

- a) 1,16.
- b) 1,64.
- c) 1,35.
- d) 1,20.
- e) 1,83.

48- Pode-se afirmar que a participação do capital de terceiros em

- a) 2001 é de 0,48.
- b) 2000 é de 0,98.
- c) 2002 é de 0,72.
- d) 2001 é de 0,83.
- e) 2000 é de 0,46.

A Cia. Saturno, em 31.12.2000, na sua DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – apresenta como resultado ajustado um prejuízo de 10.000. Os valores ajustados no resultado eram os seguintes itens:

Despesa anual de depreciação	3.000
Resultado de Equivalência Patrimonial Operacional	(5.000)
Ganhos de Capital na alienação de Imobilizado	(15.000)
Varição Cambial Passiva	2.000

Tomando por base esses dados, responder as questões 49 e 50.

49- O Resultado Operacional obtido pela empresa em dezembro de 2000 foi

- a) um prejuízo de 25.000.
- b) um lucro de 25.000.
- c) um prejuízo de 15.000.
- d) um lucro de 15.000.
- e) um prejuízo de 10.000.

50- A verificação de um ajuste de Varição Cambial Passiva no resultado, identificado na DOAR de 2000, indica que no exercício ocorreu um lançamento de

- a) registro de novos empréstimos contraídos pela empresa.
- b) débito em conta de exigíveis a longo prazo.
- c) atualizações monetárias de itens do Capital Circulante Líquido.
- d) crédito em operações de financiamentos do passivo circulante.
- e) atualização de saldo devedor em passivos de longo prazo.

51- Na ocorrência de descontinuidade operacional de bens reavaliados, uma empresa deve

- a) modificar o critério de avaliação para o registro pelo valor original, estornando-se a parcela da reavaliação incluída no ativo, as respectivas reservas de reavaliação e a provisão dos tributos incidentes sobre a reavaliação.
- b) alterar o critério de avaliação para o registro pelo valor original, mantendo as respectivas reservas de reavaliação e a provisão dos tributos incidentes sobre a reavaliação.
- c) realizar toda a reserva de reavaliação, mantendo o ativo pelo valor original e efetuando o recolhimento dos tributos incidentes sobre a reavaliação.
- d) alterar o critério de avaliação para o registro pelo valor original, estornando-se a parcela da reavaliação incluída no ativo, as respectivas reservas de reavaliação e recolhendo os tributos incidentes sobre a reavaliação.
- e) manter o critério de reavaliação, estornando-se as respectivas reservas de reavaliação e a provisão dos tributos incidentes sobre a reavaliação.

52- Uma empresa com Patrimônio Líquido Negativo deve evidenciar esse valor:

- após o Capital Social no Grupo de Patrimônio Líquido como conta devedora.
- após a conta Financiamentos como um Exigível a Longo Prazo em uma conta devedora.
- após o ativo diferido em Grupo de Passivo a Descoberto como conta credora.
- após a conta de Despesas pré-operacionais, como um Ativo Diferido em uma conta credora.
- após a conta de Empréstimos a Receber, como um Realizável a Longo Prazo em uma conta credora.

53- Em conformidade com a legislação societária e para que se beneficie da dedutibilidade do valor do imposto de renda, devem as empresas de capital aberto contabilizar o pagamento dos juros sobre o capital próprio como:

- dividendos pagos, estornando para receita financeira na demonstração de resultados.
- despesas financeiras, revertendo o valor na última linha da demonstração de resultados.
- destinação da conta de reserva de capital, revertendo o valor para resultado do exercício.
- conta redutora do capital social, por tratar-se de remuneração para o acionista do capital emprestado.
- destinação de lucros acumulados sem transitar pela demonstração de resultados.

54- No processo produtivo da empresa Desperdício S.A., no mês de julho de 2005, ocorreram perdas com rebarbas decorrentes do corte de tecidos da linha de produção. Em virtude da contratação de funcionário sem experiência houve a perda de 100 itens por mau uso de equipamentos. De acordo com os conceitos contábeis, devem ser registradas essas perdas:

- ambas como custo dos produtos vendidos.
- respectivamente, como despesa operacional e custo.
- ambas como despesas não-operacionais no resultado.
- respectivamente, como custo e despesa operacional.
- ambas como despesas operacionais no resultado.

55- A empresa Capita Tudo S.A. decide modificar sua estrutura de capitais, hoje dependente de recursos de curto prazo, utilizando recursos captados por meio de debêntures conversíveis em ações. No ato da emissão das debêntures mediante recebimento dos recursos, o lançamento de registro a ser efetuado é:

a)	Débito	Crédito
	Capital Social	Bancos

b)	Débito	Crédito
	Bancos	Capital Social

c)	Débito	Crédito
	Debêntures Realizável a Longo Prazo	Bancos

d)	Débito	Crédito
	Bancos	Debêntures Realizável a Longo Prazo

e)	Débito	Crédito
	Bancos	Debêntures Exigível a Longo Prazo

56- Os procedimentos de controles internos têm sido fundamentais na prevenção e inibição de desvios, identificação de erros nos processos contábeis e deterioração ou perdas dos ativos das empresas. Identifique a seguir o procedimento relativo ao controle dos estoques.

- Limites de alçada escalonados de acordo com os cargos para aprovação de vendas.
- Restrições de acesso aos ativos da empresa realizando movimentações via requisições.
- Segregação de funções do departamento de contas a pagar e do gestor financeiro.
- Circularização semestral de fornecedores de ativos para confirmação dos saldos.
- Inventário físico dos bens patrimoniais da empresa pelo menos uma vez ao ano.

57- Representa uma origem de recursos que afeta o Capital Circulante Líquido

- aquisição de Máquinas com Financiamentos de Longo Prazo.
- conversão de Debêntures em ações.
- recebimento de Empréstimos Concedidos de Longo Prazo.
- integralização de Capital com entrega de Equipamentos.
- troca de um Terreno por um Edifício.

58- A empresa Divergências S.A. contabilizou a folha de provisão para férias do mês de outubro de 2005 com erro. Foram provisionados em duplicidade o equivalente a 20% dos duodécimos. Considerando que a apropriação da folha de férias é feita em 30% para custo dos estoques e 70% para despesas administrativas e que de tudo que se fabrica no mês, se vende 50%, indique qual estorno abaixo representa um ajuste necessário, uma vez que o referido lançamento só foi constatado na conciliação feita no mês seguinte.

- a) 6% dos 20% dos duodécimos da folha de provisão de férias de outubro de 2005, contabilizados a maior, registrados nos estoques devem ser estornados.
- b) 70% da folha de provisão de férias de outubro de 2005 devem ser estornados das despesas administrativas.
- c) 14% da folha de provisão de férias de outubro de 2005 devem ser estornados dos estoques.
- d) 3% do total dos duodécimos contabilizados em duplicidade, da folha de férias de outubro de 2005, devem ser estornados do custo das mercadorias vendidas, contra a provisão de férias.
- e) 30% da folha de provisão de férias de outubro de 2005 devem ser estornados do custo dos estoques contra a provisão de férias.

59- A Empresa Café Torrado S.A. fecha contrato de aluguel de imóvel que não utiliza mais em seu processo produtivo por 5 anos. A empresa Antecipa Tudo S.A., a qual pagou antecipadamente o valor de \$ 3.500.000,00, aceitou constar do contrato, cláusula prevendo a não-devolução de valores em caso de rescisão antecipada. Dessa forma, esses valores devem ser registrados na Empresa Café Torrado S.A., proprietária do imóvel, como

- a) outras receitas operacionais, na Demonstração de Resultados.
- b) receitas a apropriar no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.
- c) receitas não-operacionais na Demonstração de Resultados.
- d) despesa Antecipada no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.
- e) Receita de Aluguéis no Grupo de Resultado de Exercícios Futuros.

60- Quando da Realização da Reserva de Lucros a Realizar, esta deve ser revertida para:

- a) lucros ou prejuízos acumulados, quando o evento realizar-se financeiramente.
- b) lucros ou prejuízos acumulados, quando o evento realizar-se economicamente.
- c) reserva de capital destinada diretamente para distribuição de dividendos.
- d) resultado do exercício, quando o evento econômico realizar-se financeiramente.
- e) resultado do exercício, quando o evento financeiro realizar-se economicamente.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br



Receita Federal do Brasil

www.receita.fazenda.gov.br